

A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

Anderson Almeida da Silva¹

56

Resumo. A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta como um remanescente do bioma da Mata Atlântica e corresponde a um verdadeiro reduto da vida, entre a expansão urbana das conurbadas cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, municípios do estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa tem por objetivo central, compreender os interesses na gestão ambiental da ARIE Floresta da Cicuta sob o espólio da CSN; por meio das tensões, desafios, estratégias e lógicas envolvidas na construção do desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade, na forma da gestão empresarial, que atende a uma lógica agressiva, racional, estratégica e coberta de intencionalidades para a legitimação do controle territorial. Para tal, o desenvolvimento metodológico do artigo se realizará com base em levantamento teórico sobre o tema, fontes históricas, análises de dados, trabalho de campo ao objeto, possibilitando assim, compreender, e interpretar as informações obtidas a partir da Geografia. Todavia percebeu-se, que há uma dupla intenção de tanto transmutá-la em RPPN, quanto em REVIS.

Palavras-chave: ARIE Floresta da Cicuta; Gestão empresarial; Desenvolvimento Sustentável; controle territorial; CSN.

THE MANAGEMENT OF ARIE CICUTA FOREST (VOLTA REDONDA-BARRA MANSA, RJ): A STUDY ON THE INTERESTS, STRATEGIES AND BUSINESS LOGIC FOR THE ENVIRONMENT.

Abstract. The ARIE Floresta da Cicuta stands as a remnant of the Atlantic Forest biome and corresponds in a true redoubt of life, between the urban expansion of the conurbated towns of Volta Redonda and Barra Mansa, in the state of Rio de Janeiro. The main goal of this research is understanding the interests in environmental management of the ARIE Cicuta forest under the CSN's estate; through the tensions, challenges, strategies and logics involved in the

¹ Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: anderson_pardovr@hotmail.com

sustainable development construction. Sustainability, in the way of business management, which responds to an aggressive, rational, strategic logic and covered with intentionalities for the legitimization of territorial control. To this end, the methodological development of the article will be based on a theoretical survey on the theme, historical sources, data analysis, field work to the goal, so, to understand, and comprehend the information obtained from the Geography. However, it was realized that there is a double intention of transmuting it into RPPN as well as in REVIS.

Keywords: ARIE Cicuta Forest; Business Management; Sustainable Development; territorial control; CSN.

GESTIÓN DEL BOSQUE ARIE DE CICUTA (BARRA REDONDA REDONDA MANSA, RJ): UN ESTUDIO SOBRE INTERESES, ESTRATEGIAS Y LÓGICAS AMBIENTALES

Resumen. ARIE Floresta da Cicuta se presenta como un remanente del bioma del Bosque Atlántico y corresponde a una verdadera fortaleza de la vida, entre la expansión urbana de las ciudades conurbadas de Volta Redonda y Barra Mansa, municipios del estado de Río de Janeiro. Esta investigación tiene como objetivo comprender los intereses en la gestión ambiental de ARIE Floresta da Cicuta bajo la propiedad de CSN; a través de las tensiones, desafíos, estrategias y lógica involucrados en la construcción del desarrollo sostenible. Sostenibilidad, en forma de gestión empresarial, que cumple con una lógica agresiva, racional, estratégica e intencional para legitimar el control territorial. Para este fin, el desarrollo metodológico del artículo se basará en una encuesta teórica sobre el tema, las fuentes históricas, el análisis de datos, el trabajo de campo del objeto, lo que permitirá comprender e interpretar la información obtenida de la Geografía. Sin embargo, se dio cuenta de que hay una doble intención de transmutarlo en RPPN y en REVIS.

Palabras claves: Bosque ARIE Cicuta; Gestión empresarial; Desarrollo sustentable; control territorial; CSN.

Introdução

A ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) Floresta da Cicuta é cercada de interesses, olhares e discursos que atentam as diferentes compreensões da floresta, por vezes incompreensíveis e obscuras, mas coberto de propagandas altamente elaboradas, no qual lançam visões destoantes a sua própria lógica. Tal área ambiental é resultado do Decreto Federal nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, no que transmutou as tessituras da Fazenda Santa Cecília, com a criação de uma Unidade de Conservação de 131,28 hectares. Esta ARIE está no recorte espacial pertencente historicamente à Fazenda Santa Cecília, que fora desapropriada para a instalação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) ainda na década de 40 do século passado, tornando a siderúrgica desde então a nova proprietária.

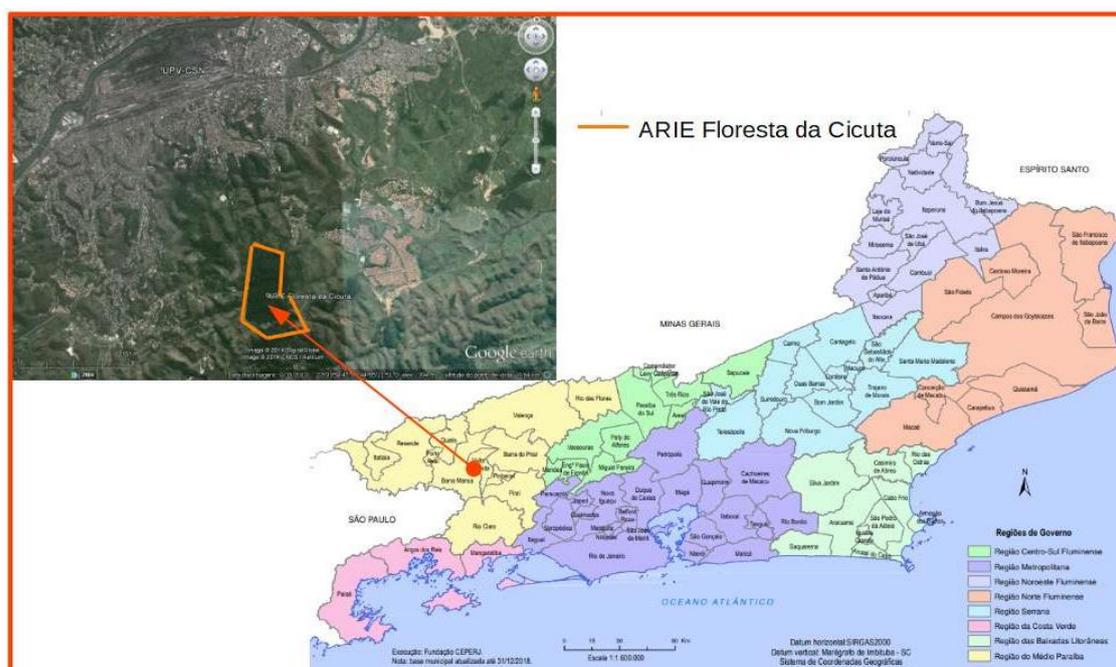


Figura 1 - ARIE Floresta da Cicuta (Volta Redonda – Barra Mansa), para além dos morros, na “cidade satélite” do plano siderúrgico em Volta Redonda.

Fonte: ICMBio,2016; CEPERJ, 2019; adaptação do autor.

A ARIE Floresta da Cicuta que se apresenta como um território em disputa, com tensões e desafios latentes num resquício de Mata Atlântica, com valor ambiental, histórico e social incalculável; é um dos últimos remanescentes deste bioma presente no estado do Rio de Janeiro que entre cidade(s) reserva espécies endêmicas da fauna e flora local.

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSÁ, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

Algumas destas espécies presentes nesse pequeno reduto da vida silvestre encontram-se ameaçadas de extinção, o que nos faz refletir para a perspectiva de um modelo (in)consequente e/ou (in)sustentável.

Assim, a vivência entre os conflitos socioambientais provocados pelas relações de uma cidade-industrial fez despertar questões que envolvem a ARIE Floresta da Cicuta, assunto muitas vezes negligenciado e que não corresponde a sua relevância geográfica, histórica, ambiental, econômica, social e territorial. Isto é de fundamental importância no que se refere à natureza e às questões ambientais que em tempos de “Capitalismo Verde” servem de panaceia para o crescimento econômico. Presente, nas cidades conurbadas de Volta Redonda e Barra Mansa, e sob preposição de administração direta da Companhia Siderúrgica Nacional, em contraponto a gestão da área pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Este artigo tem por objetivo central, compreender os interesses na gestão ambiental da ARIE Floresta da Cicuta sob o espólio da CSN; por meio das tensões, desafios, estratégias e lógicas envolvidas na construção do desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade, na forma da gestão empresarial, que atende a uma lógica agressiva, racional, estratégica e coberta de intencionalidades para a legitimação do controle territorial. Interesses e lógicas que sofrem influências direta de uma gestão ambiental estruturada/materializada em uma ação planejada sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, responsável pelas relações de poder existentes no espaço que influem diretamente. Portanto, a busca pelo “desenvolvimento sustentável” a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional” de transformações progressivas.

O Desenvolvimento Sustentável é compreendido como locus dos conflitos para a reflexão dos campos de poder no que concerne em um dos debates e problemáticas que envolvem a situação atual da ARIE Floresta da Cicuta, que só se faz possível por entendermos os processos histórico-teóricos e ideológicos, e também, as ações do Desenvolvimento Sustentável como um mecanismo adotado pela CSN atinente as lógicas de poder e interesses que seguem a lógica capitalista (gestão empresarial), tais fatos são questões que correlacionamos com os objetivos propostos. Para tal, as obras de Brundland (1988), Harvey (2013), Herculano (1992), Souza (2013), Rocha (2014),

Anderson Almeida da Silva,

A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSÁ, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

Whitacker (2017), Oliveira (2006), permitem realizar uma análise e reflexão crítica do Desenvolvimento Sustentável e sua aplicação pela gestão empresarial, o marketing verde e toda a sua intencionalidade frente ao território de influência como um agente hegemônico em seus aspectos dos desafios ambientais, e modelos de desenvolvimento/crescimento.

Portanto, o Relatório de Brundland (1988), e outros momentos da geopolítica ambiental foram responsáveis por difundir as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável. A partir de tais conjunturas políticas e econômicas apresentadas como/pelo Desenvolvimento Sustentável, nos será permitido por meio das relações de poder em Raffestin (1993), Souza (1995), Saquet (2007) e Harvey (2013) utilizar o território como uma categoria analítica e ação planejada neste artigo frente aos conflitos e estratégias inerentes ao território. Por conseguinte, apresentaremos o que será exposto neste artigo.

Torna-se importante ressaltar inicialmente a história da cidade de Volta Redonda, construída sob o paradigma do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006) e tornada, progressivamente, insustentável. Volta Redonda foi um projeto de nacionalidade baseado em três paradigmas – uma nova ordem político-administrativa, produtiva e territorial/urbana – que personifica este modelo de país com uma nova sociedade industrial, num espaço cercado de simbolismos, mas que possui utilidades e propósitos bem definidos no espaço e no tempo. A Floresta da Cicuta, fragmento da Fazenda Santa Cecília, é reveladora das nuances desta relação, uma vez que foi estatal e passou a ser privada.

Com o advento de um novo século, uma nova ordem econômica se instaura no mundo e o surgimento do capital privado desfez os laços da cidade-empresa que se construiu como um único projeto e símbolo ao longo do tempo, que agora, se desintegra. Com esses “cacos” promovidos pela desintegração, algo novo se (re)constrói, com uma nova lógica/ideologia na concepção de Desenvolvimento Sustentável, proposta que foi assimilada pela CSN e pela cidade de Volta Redonda, em uma “nova ordem econômica internacional” baseada em acelerar o crescimento mundial, e chancela ao “crescimento sustentável” ou econômico que se apresenta contraditório em sua concepção, inerentes

Anderson Almeida da Silva,

A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

ao seu modelo insuportável presente nas mazelas destas relações do modo de produção capitalista, no qual a ARIE Floresta da Cicuta é alvo de disputas.

A proposição de recategorização da ARIE Floresta da Cicuta em RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) demonstra a (re)produção, reestruturação e mercantilização desta espacialidade, preterida pela proprietária, diferentemente da proposição de REVIS (Refúgio da Vida Silvestre), que busca uma reparação histórica, no qual, não contemplou a totalidade dos vestígios florestais que constituem a Floresta da Cicuta, revelando ser um verdadeiro reduto da fauna e flora local.

Essa temática se ressignifica por se tratar de um estudo sobre uma floresta periurbana (ARIE Floresta da Cicuta) e sua luta pela existência, algo de fundamental importância em tempos de celebração do crescimento econômico e esgotamento da natureza, questões que se encontram em voga nos debates de planejamento urbano, econômico, no convívio social, político e cultural.

Portanto, este artigo permite reforçar a importância de se compreender, à luz da Geografia, os conflitos referentes e interesses desconexos no que se associa à questão econômica, ambiental e social.

Da Fazenda Santa Cecília à criação da Companhia Siderúrgica Nacional: a Floresta da Cicuta em seu contexto

A região do Médio Vale do Paraíba do Sul Fluminense possui um enredo riquíssimo e carregado de historicidades marcadas por um período de intensivo avanço e expansão das atividades extrativistas pelo território fluminense e brasileiro, sustentado pela exploração escravagista que marcou e marca a história deste país.

A fazenda Santa Cecília (que origina a ARIE Floresta da Cicuta) é a expressão deste claudicante Brasil em seu período histórico, no qual acompanhou o seu ciclo produtivo agrícola. Os rarefeitos registros históricos que mencionam a Fazenda Santa Cecília registram-na a partir de 1790, onde a fazenda funcionava como uma fábrica de atividades açucareiras, com engenho para a produção de açúcar, rapaduras e

aguardente, cujo os proprietários se davam pela sociedade entre o Sargento-mor Manuel Joaquim da Silva Castro e o padre José da Silva Brandão.

O século seguinte, possibilitou a era de um novo ciclo, e administração de um novo donatário, o cafeicultor Antônio Augusto Monteiro de Barros, que a partir de 1870 passou a produzir café, bem como toda a região do vale do Paraíba do Sul. Desta maneira, a Fazenda Santa Cecília viveu o ciclo do açúcar e sua decadência, como também, a produção de café e sua derrocada no início do século XX, onde abriu caminho para a pecuária extensiva. Tal expansão ocorreu ao mesmo passo que a derrubada e queimada dos cafezais, substituído paulatinamente, por pastagens em suas encostas, características do relevo da região (FBDS,1998).

O dia 1º de setembro de 1941, a fazenda que durante um século e meio detinha sua produção destinada à agricultura, fora desapropriada para as instalações do projeto siderúrgico e criação da Companhia Siderúrgica Nacional, conforme o Decreto nº 237/41, do governo do Estado do Rio de Janeiro, sob o então proprietário Nelson Marcondes. Possibilitando a instalação da Vila Operária, logradouros públicos, construção de edifícios públicos e serviços de expansões futuras. Conseqüentemente, alterando a dinâmica do 8º Distrito do município de Barra Mansa, denominado de Santo Antônio de Volta Redonda, aglomerado urbano no meandro do Rio Paraíba do Sul.

As atividades econômicas pretéritas, afetaram diretamente a espacialidade local, propiciaram a exaustão do solo, deixando-os expostos as intempéries. A fazenda, que passara a ser de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional, foi destinada às instalações de edificações do complexo siderúrgico e, concomitantemente, de uma cidade. O “abandono” de certas áreas – seja por questões econômicas, estratégicas e até mesmo por impedimentos naturais (relevo) – possibilitou a perpetuação da atividade pecuária, mas uma pequena área passou por um processo de regeneração e hoje se configura como um dos raros fragmentos florestais da região, de Floresta Estacional Semidecidual, no leito do rio Brandão afluente do rio Paraíba do Sul,

conhecidamente denominada de Mata da Cicuta². Este entendimento perpassa pelo período que possibilitou este marco na história do Brasil, e que nos revelou os encargos históricos de um remanescente da Mata Atlântica – a Mata da Cicuta – que faz parte da criação da Usina e dos projetos de expansão urbana.

Antes de mais nada, para que um novo modelo econômico se iniciasse no país, era preciso eliminar a herança “colonial-imperial” de uma nação estritamente agrária, onde a vontade dos tradicionais produtores agrícolas era o favorecimento de seus interesses, moldando as leis e a constituição aos seus desejos (ROSSI, 2012). Os simbolismos destas mudanças pautavam-se pela indústria, a chaminé, com o urbano que deveria suceder a fazenda, as matas e o próprio espaço agrário.

O projeto governamental, idealizado por Getúlio Vargas, constituía-se em três pilares fundamentais: *uma nova ordem político-administrativa, de uma nova ordem produtiva e uma nova ordem territorial e urbana*. Que em meio ao corporativismo da República Velha pautava-se por uma sociedade urbano-industrial cada vez mais urgente, e entendidos como necessária para o país, resultante do modo de produção capitalista (LOPES, 1993).

Além da construção da CSN, havia a construção e elaboração da própria cidade, sendo a usina a responsável por sua infraestrutura, política e planejamento urbano. Volta Redonda foi elaborada para representar o modelo de modernidade, de cidade-empresa (BENTES; COSTA, 2012; PIQUET, 1998) – aqui entendida como aquela cidade que gravita em torno de uma grande empresa. O censo demográfico de 1940 (pré-siderúrgica) registra uma população de 2.782 habitantes em Volta Redonda, 8º Distrito da cidade de Barra Mansa, (LOPES, 1993, p.48-50): seria nesta área que emergiria uma cidade ultraplanejada, que preconizava o aço, o concreto, o pavimento, as casas padronizadas, a artificialização da paisagem.

A CSN teve influência direta tanto no desenvolvimento industrial brasileiro quanto na cidade de Volta Redonda, pois de acordo com Castro e Mello (2008, p. 5) a história da

²Ressalva-se que a referência a mata e/ou floresta da Cicuta contempla todos os fragmentos característicos deste bioma, diferentemente da ARIE Floresta da Cicuta que está relacionado ao perímetro da Unidade de Conservação (Área de Relevante Interesse Ecológico).

cidade se mistura com a história da usina, dando ao município a função de cidade-empresa³ (*company-town*) como apontam Bentes e Costa (2012, p. 4).

Volta Redonda, no ano de 1941, era um espaço constituído de pouca rigidez, pois o distrito era constituído de um modesto aglomerado urbano, com seus fluxos internos concentrados nas proximidades da estação ferroviária e do povoado Niterói, essa era a representação do passado e sua estrutura que dará espaço ao novo, o futuro de uma nova cidade. Sendo assim, o novo adentrava e assumiria novas formas e suas expressões particulares não apresentavam muitas resistências para a nova lógica que instalara, e a fazenda aos poucos se transformou em cidade, para então ganhar corpo como o ideário de Vargas que refletiria em uma vida nova de um novo tempo.

A vila operária foi criada a imagem da usina, para servir como um desdobramento da fábrica. A cidade e a usina simbolicamente misturavam-se, cresciam juntas, como uma única forma espacial e territorial. Assim, as pacatas fazendas, fundamentalmente a Fazenda Santa Cecília, deram espaço às estruturas siderúrgicas.

Enfim, na data de 12 de outubro de 1946, dia da padroeira do Brasil (Nossa Senhora de Aparecida), ocorre a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional, dando início ao seu processo produtivo e de consolidação de seu projeto, e subsequentemente seus planos de expansões.

Inicia-se assim, um processo de valorização da terra, com a especulação imobiliária, pois a CSN mantinha extensas áreas não urbanizadas e esse estoque seria mantido como uma espécie de “*exército territorial de reserva*”, para que assim pudesse garantir a empresa uma posição mais flexível e estratégica no mercado imobiliário da cidade. Portanto, tais debates e disputas influenciam diretamente sobre o que é a ARIE Floresta da Cicuta – inseparável de seu contexto.

3

Reforce-se que cidade-empresa e cidade-industrial, possuem a mesma abordagem nesta pesquisa, pois referem-se a maneira que um empreendimento é capaz de moldar a espacialidade onde está inserido, e na capacidade de influenciar os fluxos e funções desta localidade, desta maneira, tais espaços tornam-se extensões deste empreendimento, obedecendo sua lógica.

A Floresta da Cicuta: características de uma área verde urbana

A ARIE Floresta da Cicuta é uma área delimitada no interior da Fazenda Santa Cecília, composta atualmente por Zona de Proteção e Zona de Recuperação que constituem a Unidade de Conservação que atualmente possui 131,28 hectares, além disso, encontra-se também a Zona de Amortecimento totalizando 1.725 hectares compostas em sua maioria pela fazenda na qual faz parte, mas também por propriedades vizinhas. A Cicuta, para além de suas riquezas naturais, é um refúgio da fauna e flora, que encontraram ali um pequeno fragmento isolado entre as áreas urbanas conurbadas Volta Redonda e Barra Mansa, como também “mares de morros” descampados/desmatados com pastos destinados a agropecuária, características marcantes na região. A ARIE Floresta da Cicuta está situada entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, mais precisamente na vertente interiorana dos contrafortes da Serra do Mar, no trecho inferior do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Antes de mais nada, destaca-se a origem pitoresca do nome da Floresta da Cicuta, uma vez que o nome cicuta é mais conhecido por designar uma erva Apiacea (tais como: *C. maculata*, *C. douglassi* e *C. virosa*, dentre outras), e como característica dessa originalmente da América do Norte e Europa, não existente no Brasil de forma natural. Destacam-se várias espécies do gênero Cicuta, que faz do seu nome reconhecido por sua característica extremamente venenosa. Desta maneira, atribui-se o nome da Reserva a existência de uma pequena planta aquática (*Lymnobium laevigatum*) da família Hydrocharitaceae, que vulgarmente ficou conhecida como “cicuta” pelos habitantes locais e fez com que o nome Cicuta estendesse a toda a floresta, fato que teve origem nos anos 1940 (BIDEGAIN, 2001).

A Floresta da Cicuta esteve aberta ao público desde a década de 1940, quando a fazenda Santa Cecília foi desapropriada para as instalações de um projeto Siderúrgico arrojado e inovador no país, com um complexo siderúrgico e a construção de uma cidade operária, voltada e planejada para o trabalho com horários e lazeres definidos, orientados e padronizados para essa nova população. A partir da década de 1970, a área foi fechada ao público pela própria proprietária (CSN), alegando preservar o ambiente, mas anos depois a área foi utilizada pelo exército para a realização de manobras militares, que

Anderson Almeida da Silva,

A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSÁ, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

impactou a biota local, com a utilização de automóveis nas trilhas e que deixou pela floresta resquícios da presença militar com os artefatos bélicos encontrados, como também: latas, plásticos e cordas. Após tais danos causados, foi necessário um período de recuperação que se encontra em processo até os dias atuais (ICMBio, 2016).

A Floresta da Cicuta foi reaberta para o público e tal permissão para visitação perdurou entre 2000 a 2003, em uma parceria entre a Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania com o Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO), sem o conhecimento do IBAMA, que até esse período era o órgão gestor da Unidade de Conservação (UC). Tal parceria entre FUNBIO e Fundação CSN, não durou muito tempo devido à falta de cumprimento de atividades no plano de trabalho por parte do FUNBIO, como também, descumprimentos e ocorrências de crimes ambientais (ICMBio, 2016). Os acontecimentos dos anos anteriores despertaram um olhar mais sensível para Cicuta, até que em 13 de março de 2007, através da Portaria nº19, o IBAMA criou o Conselho Consultivo da ARIE, representado pelos Poderes Públicos Municipais (Volta Redonda e Barra Mansa), entidades e organizações não governamentais (ICMBio, 2016).

O mesmo ano de 2007, em 28 de agosto, com o objetivo de executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei 11.516 criou-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cabendo-lhe o papel de propor, implantar, gerir, fiscalizar, proteger, executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais. A partir desse momento a gestão da unidade de conservação é realizada pela força do Termo de Compromisso n.º 001/2008 firmado entre o ICMBio e a CSN.

A floresta da Cicuta, presente na borda urbana, que conhecemos atualmente como ARIE Floresta da Cicuta, foi criada, através do Decreto Federal nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, em uma unidade de conservação dentro da Fazenda Santa Cecília, que até então era terra pública, pertencente a siderúrgica, visível na figura 1, já apresentada nesse artigo. Em 1993, a fazenda foi privatizada e a floresta passou a ser área particular – como as demais áreas pertencentes à CSN Estatal que passaram por privatização. A floresta

continuou com a gestão e administração do poder público e atualmente está a cargo do ICMBio a partir da criação deste órgão em 2007 (ICMBio, 2018).

No entorno da ARIE Floresta da Cicuta, nas terras da fazenda Santa Cecília, as propriedades limítrofes possuem atividades pecuárias que impactam diretamente e ameaçam a Floresta.

A Arie Floresta da Cicuta foi criada com o objetivo de proteger e conservar um dos últimos remanescentes no estado do Rio de Janeiro do tipo (fisionomia) de Mata Atlântica mais devastado de todo o bioma, a Floresta Estacional Semidecidual, além de servir como refúgio para importantes populações de espécies da fauna e flora regional. Entre as espécies oficialmente ameaçadas de extinção protegidas pela Arie Floresta da Cicuta encontram-se o bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a lontra (*Lontra longicaudis*), a gameleira-grande (*Ficus cyclophylla*) e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) (ICMBio, 2018).

Devemos ressaltar que atualmente a Floresta da Cicuta é uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), no qual, sua proprietária (CSN) pretendeu transformá-la em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pretendendo com isso se transformar na gestora da UC (Unidade de Conservação) (FAJONNI, 2015). Embora, grande parte de sua área esteja presente no município de Barra Mansa, a maior parte de seu processo histórico está indissociável da Fazenda Santa Cecília, local onde é a Floresta, e serviu para a instalação da siderúrgica, que por sua vez foi planejada concomitante a um projeto de cidade (Volta Redonda).

A falta de integração, prejudica o estreitamento entre a UC e a população local, pois há um número significativo da população das cidades de Volta Redonda e Barra Mansa que desconhecem a Floresta da Cicuta e o ICMBio (fundamentalmente). O próprio ICMBio reconhece os problemas na comunicação, que atualmente fazem parte da realidade local. Por isso, em seu site oficial, nas redes sociais, divulgam-se seus trabalhos e pesquisas.

Entre as espécies encontradas e reconhecidamente ameaçadas de extinção, podemos destacar o: Bugio ruivo (*Alouatta clamitans*), o morcego (*Molossops neglectus*) encontrados na UC e na ZA, no qual é o terceiro registro da espécie no estado do Rio de

Janeiro. Além da fauna, a flora também encontra-se em refúgio nesta floresta como o jequetibá-rosa (*Cariniana legalis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), e não menos importante, e que deve ser destacada é a figueira centanária (*Ficus cyclophylla*) que batiza o nome da trilha: “Trilha da Figueira”.

A ARIE Floresta da Cicuta, possui uma razão de ser em sua proposta como uma UC: A missão da ARIE Floresta da Cicuta foi construída durante a Oficina de Planejamento Participativo, buscando estabelecer a sua razão de ser cuja missão “é conservar o importante fragmento da Floresta Estacional Semidecidual, assegurando a interação entre o meio ambiente e a sociedade, possibilitando a educação ambiental e o desenvolvimento de pesquisas”. (ICMBio, 2016, p. 74). Já os objetivos específicos de Manejo, estabelecidos para Cicuta ressalta, o Parágrafo Único do Art. 6º do Decreto de Criação que cita a administração da UC pelo órgão responsável (ICMBio), em articulação com a CSN, ou seja, a gestão conjunta da ARIE.

Desta maneira, evidencia-se a importância que se realizou de um paralelo temporal, curto, porém de fundamental importância para a compreensão das nuances e problemáticas atuais. Entretanto, não posso me referir à Cicuta, sem antes entender o que foi a Fazenda Santa Cecília e o seu contexto histórico, social, político, econômico e geográfico, cujas características são indissociáveis do projeto siderúrgico e o que este projeto representou para um período de extrema importância para o Brasil. Dito isto, a ARIE Floresta da Cicuta é o resultado desta subsequência de marcos intrínsecos deste país, que para compreendê-lo é necessário ampliar o campo de visão e compreender a integralidade de seu contexto.

A adoção do desenvolvimento sustentável: estratégias, interesses e lógicas de uma gestão empresarial (in)consciente, uma remodelagem em curso

A sustentabilidade nos remete a uma racionalidade econômica, cujas estratégias decorrem de um controle territorial sob a bandeira do “verde” presente na gestão

empresarial. Portanto, a lógica é do consumo do espaço – neste caso, é o território⁴ da ARIE Floresta da Cicuta (uma propriedade particular) a ser consumido e controlado, algo que não se apresenta possível no momento por se tratar de Área de Relevante Interesse Ecológico, mediante a gestão da floresta a cargo do ICMBio.

O mote do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (PNMMD), presidido por Gro Harlem Brundland é a busca do “desenvolvimento sustentável” a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional” que deve acelerar o crescimento mundial, respeitando os limites ecológicos, ou seja, expansão econômica em harmonia com a proteção ambiental, tais acomodações dos termos apresentam-se práticos e dragáveis num primeiro momento, mas não devem esconder e apartar a instauração de uma nova ordem econômica mundial, o “capitalismo verde” (HERCULANO, 1992, p 14).

Portanto, o relatório deixa evidente que a “busca pelo desenvolvimento sustentável” concerne em uma série de estratégias necessárias de transformações econômicas e da sociedade (BRUNDTLAND, 1991). Sendo assim, o que buscamos compreender é como ocorrem as aspirações e necessidades que uma determinada sociedade requer para obter um padrão de consumo; no qual é assumidamente aceito pelo relatório, e que deve respeitar os “*limites das possibilidades ecológicas*”. Tais questões são reforçadas pelas visões e estratégias da CSN: “crescimento contínuo e responsável” (CSN, 2018).

Ressaltamos também a lógica do território como ferramenta de atuação do agente econômico hegemônico que muitas vezes acaba fetichizado⁵ em um discurso de uma suposta indústria verde, limpa e sustentável, que se torna incessante pelos grandes empreendimentos. Contudo, tal espaço do “acontecer” ocorre desde ações

4 Embora exista uma vasta e extensa referência bibliográfica a cerca do conceito de territórios, partimos da perspectiva relacional que concebe o território como parcela do espaço delimitada por e partir de relações de poder (SOUZA, 1995; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007). A relação de poder é estabelecida neste estudo a partir das estratégias de controle e gestão da ARIE que contam como essa área se formaliza em “território” na medida que ela passa a ser um espaço regulador e dominado.

5 Fetiche da mercadoria por Marx (1988, p.81) nos apresenta o trabalho dos homens e suas características sociais são encobertas, e que ocultam as relações “[...] Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas.

especulativas até o *marketing* verde perante a estrutura econômica que os moldam, coisificam e fetichizam a partir da lógica territorial.

Tais conflitos que envolvem a Floresta da Cicuta, a partir de uma relação fantasmagórica, possuem uma relação conflituosa, na qual é regida por interesses e estruturas econômicas, e faz com que observemos a floresta como algo “coisificado”, sob um discurso hegemônico como uma forma conciliatória entre o homem e o meio.

A unidade de conservação pode ser entendida como uma necessidade do planejamento territorial, seja de empreendimentos privados ou até mesmo órgãos públicos. Desta maneira, podem ser destinados para diversas finalidades e ainda assim serem consideradas sustentáveis, ao forjarem uma consciência de preservação, compensações do patrimônio natural por meio de preceitos legais e/ou constitucionais que exijam a sua criação e manutenção. Para tanto, alavancam ideologias e até “*marketing verde*”, muito utilizado para a promoção de suas “*ações planejadas*” sob uma determinada ótica do desenvolvimento sustentável, na escala de comando global.

A busca pela reserva territorial para a Floresta da Cicuta resulta em uma disputa que busca por circunstâncias vantajosas e busca por locais/espacialidades produtivas, ou seja, uma visão econômica, conforme Santos e Silveira (2014). Assim, o território é a garantia dos seus interesses, e a CSN (agente hegemônico) possui uma lógica sobre o território de Volta Redonda, construído desde a gênese da “cidade industrial/empresarial” e com isso o consumo e controle do espaço da cidade.

A Floresta da Cicuta foi por muito tempo considerada um território em “uso-reposo” do ponto de vista de uma dinâmica do controle da cidade. Portanto, a Cicuta sempre esteve alheia a dinâmica e coexistência desta atividade econômica. Entretanto, cabe questionarmos também as intenções e discursos que englobam a preservação ambiental da floresta, pois pensamos que a ARIE Floresta da Cicuta não é disputada para um consumo de sua natureza bruta, mas dela “customizada, revestida” a partir da atuação do agente hegemônico em uma (re)produção de uma geografia para o usufruto.

Ao pensarmos no consumo da natureza, podemos inclusive destacar a atividade turística como um fator importante e capaz de reproduzir uma lógica econômica, que se

apresenta em uma roupagem concebida como uma “indústria limpa”, ou seja, funcionando como um discurso ideológico. Neste ocorre uma apropriação econômica da paisagem para produção de sua geografia, devido seus impactos no uso do território. Neste sentido, a apropriação econômica, territorial e da paisagem como materialidade das ações dos agentes reguladores da espacialidade torna os espaços capazes de serem consumidos e tornados por atividades econômicas; trata-se, assim, do uso corporativo do território, seja por especulação ou até mesmo por atividades turísticas.

O turismo se apresenta como um agente de (re)produção e mercantilização destes espaços. Vale lembrar que a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN permite tais ações, e, portanto, tal reflexão econômica também entra em pauta. Desta maneira, o debate que será promovido sobre ser RPPN ou REVIS (Refúgio da Vida Silvestre) se pauta no próprio uso do território.

Ao mirarmos na questão ambiental da Floresta da Cicuta, no que se refere a sua degradação, nos deparamos com algo muito mais complexo, na reafirmação das intenções de uma RPPN, por meio do “fetiche” de realizar atividade sem impactos direto ao ambiente, por meio de um discurso de exaltação da natureza como um refúgio da vida, porém encoberto de intencionalidades com essa postura, na busca de uma legitimidade do desenvolvimento sustentável (ROCHA, 2018). No entanto, nos deparamos com o uso da concepção de desenvolvimento sustentável, que busca por legitimar suas ações sob forte discurso ideológico.

Esta visão está conformada na exaltação do capital verde fetichizado no discurso das políticas de responsabilidade socioambiental apresentadas pelas empresas. Até que podemos considerar a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se vincula à Política Social em muitas ocasiões, porém a RSE, no que se refere às questões políticas corporativas, promove uma potencial ação política e ações estratégicas de enfrentamento dos interesses sociais dissonantes. Trata-se assim, de uma política do enfrentamento, partindo-se dos interesses institucionais e empresariais a assumindo-se uma territorialidade corporativa.

As pressões econômicas possuem impacto direto nas desigualdades socioespaciais e atendem à lógica de determinados grupos econômicos em detrimento de grupos sociais. No entanto, nos deparamos com a situação da *cidade-mercado x cidade-direito* (SANTOS JÚNIOR, 2010), que revela o descompasso da dinâmica do planejamento urbano, onde a especulação imobiliária se faz presente em Volta Redonda, que passa a ser entendida como um direito de consumir e não como direito coletivo.

A análise dos processos de territorialização do modo de produção capitalista presentes no discurso do desenvolvimento sustentável nos faz portanto considerar um território no qual não se apresenta de maneira estática, definitiva, imóvel, imutável, mas vivo e capaz de criar transformações sociais e de modificar o próprio território, de maneira planejada e ordenada, seja em uma perspectiva de manutenção das condições de reprodução do modo de produção capitalista ou não (WHITACKER, 2017. p 42).

Portanto, apresentamos aqui, a materialidade do desenvolvimento sustentável, quando demonstramos as normatizações territoriais, no qual seu agente faz uso de suas espacialidades em concordância com suas lógicas e interesses, pois as relações sociais de produção capitalista interferem na produção do espaço e as sugerem a seguirem suas “ações planejadas” deste desenvolvimentismo. As relações de áreas de preservações ambientais, nos demonstram um conflito destacadamente espacial, por meio do avanço de uma ou de outra lógica, cujo impacto interferirá diretamente nos objetos geográficos. Nesta interação entre o ambiente natural e o urbano, bem como as dimensões culturais, políticas, econômicas e históricas, emergem intencionalidades que necessitam investigação científica.

No espaço público, cada vez mais fragmentado e privatizado, são deflagrados os conflitos que envolvem interesses dissonantes. Assim, a mercantilização da cidade (SANCHEZ, 2010), transformada em uma cidade-negócio com a intenção de se apresentar como sustentável em parcerias público-privadas, faz com que esteja se (re)criando a urbe para atender e/ou receber grandes empreendimentos e às exigências do mercado. “Sustentáveis”, as cidades neoliberais se desenvolvem de maneira excludente e com degradação ambiental, deflagrando então toda a complexidade e tensões dos conflitos territoriais urbanos que estão terminantemente em disputa, como

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

no caso da ARIE Floresta da Cicuta. O planejamento urbano consolida diferentes conceitos, práticas e procedimentos dos diferentes interesses dos atores/agentes de uma gestão denominada, e/ou autodenominada sustentável.

O mundo corporativo integrou ao debate ambiental e sustentável, com relevante interesse aos lucros, preços e qualidades, de maneira que “modificou a lógica do mercado e o tratamento do ambiente para estimular a responsabilidade social empresarial a incorporar a questões socioambientais” em sua gestão, ou seja, a gestão verde, na qual apontamos no bojo desta pesquisa (PAFFARINI et al, 2017 p. 63). A questão de responsabilidade social empresarial, embora diferente de sustentabilidade, acabou convergindo com meio ambiente, permitindo desta maneira o surgimento da compensação ambiental. A Fundação CSN e a ARIE Floresta da Cicuta se apresentam como materialização desta compensação, ficando no meio do caminho entre atender as questões da comunidade afetada e, de maneira essencialmente mercadológica, propor a mudança da imagem da empresa perante a sociedade.

Se cada vez mais os consumidores exigem responsabilidade e padrões de sustentabilidade das empresas pelos produtos que adquirem e torna-se fundamental a chancela de selos e certificados de boa prática empresarial e uma produção socialmente correta e comprometida para atender padrões de sustentabilidade das empresas, fica patente a necessidade de integrar nessas atividades econômicas a questão ambiental. São medidas de custo significativo, mas que permitem “uma estratégia de comunicação muito utilizada pelas empresas para tornar mais aceitável uma atividade que é inevitavelmente perigosa tanto para o meio ambiente como para as pessoas”(NATALI, 2014, p. 15).

Portanto, sentimos a necessidade de apresentar o nosso entendimento a respeito do desenvolvimento sustentável para evitar banalizações com este termo no corpo deste artigo. Portanto, consideramos mesmo que de forma simplificada, completamos o nosso entendimento e raciocínio com base em Harvey (2013), em que o desenvolvimento é entendido como um processo histórico e geográfico, desigual e contraditório, atrelado a etapas evolutivas do capitalismo e a transformações espaciais e territoriais.

No que concerna à Floresta da Cicuta, historicamente, a relação que a siderúrgica possui com a cidade é considerá-la como uma propriedade, pois é possuidora de diversos patrimônios guardados com afincos, destacando a sua segurança patrimonial para efetivar rondas de vigilância. Por outro lado, a sustentabilidade se apresenta sob a forma materializada de uma ação planejada da gestão verde empresarial, onde a gestão da ARIE Floresta da Cicuta se inclui na luta pelas tessituras do espaço urbano e se revela como uma propriedade estratégica na qual a proprietária não possui total controle.

Potencial estratégico da RPPN e REVIS: enfrentamento das questões ambientais, sociais, territoriais e políticas

As preposições da tentativa de projeto de lei, referente ao ano de 2015, no qual autoriza a transformação da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Floresta da Cicuta, criada pelo Decreto nº 90.792, de 9 janeiro de 1985, em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. O presente projeto, apresenta a autorização de desafetação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Floresta da Cicuta e subsequente criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Floresta da Cicuta.

O quarto artigo (COSTA, 2015), nos chama a atenção, pois afirma a vedação de qualquer forma de exploração econômica e utilização dos recursos ambientais nela existente, todavia se permite a visitação com objetivos turísticos e recreativos. Há, evidentemente, certa incongruência presente no discurso, pois não são completamente incompatíveis. Como é possível explorar o ambiente com atividades turísticas sem quaisquer explorações econômicas? Em nossa leitura, as atividades turísticas são capazes de reproduzir uma lógica econômica, e o argumento permite uma relativização e uma espécie de “falsa harmonia”, concebida por uma “indústria limpa”. Contudo, nos faz observar a floresta como algo “coisificado”, desenvolvido por um discurso hegemônico como uma forma conciliatória entre o homem e o meio, onde o turismo é utilizado como uma mola propulsora para a preservação ambiental.

Ressaltamos também uma apropriação econômica da paisagem, que alteram diretamente e impactam no uso do território, por meio de uma apropriação econômica e territorial da paisagem como materialidade das ações dos agentes reguladores e de

atuação (turistas) da espacialidade, que são consumíveis e produzidos por estas atividades econômicas. Portanto, nos deparamos com o uso corporativos do território. Também chama a atenção e confirma as questões que estamos destacando nesta pesquisa o artigo nono em Costa (2015), quando se destaca a compensação ambiental. Tal questão, já discutida na análise do “Nosso futuro Comum” – o famigerado Relatório Brundtland – chancela a exploração ambiental, desde que se “reponha ecologicamente”, porém desconsiderando toda a singularidade e importância socioambiental.

Destacamos também, a importância que a compensação ambiental como uma maneira de expor, à opinião pública, todo o “esforço” empresarial em demonstrar seu “compromisso ambiental”, em uma clara tentativa de propaganda sustentável, devido aos seus impactos ambientais na cidade de Volta Redonda. Entretanto, a RPPN Floresta da Cicuta representaria mais uma maneira pela qual a CSN propõe ser ambientalmente aceita pela sociedade do entorno. Nesta (re)construção do capital, como pano de fundo todo o tratamento ambiental e seu discurso ideológico, há uma bandeira verde, como o defendido pela proprietária em deixar um “legado preservacionista/conservacionista para as gerações futuras”.

Há uma evidente tentativa, perceptível aqui, de criar uma reserva territorial para a Floresta da Cicuta, e que resulta em uma guerra que busca por circunstâncias vantajosas e por espacialidades produtivas, sempre “alheia” à expansão urbana da cidade como um “uso-reposo”, mas que nos apresenta uma reserva territorial bem definida estrategicamente. Há uma lógica da CSN sobre o território da cidade, quando no artigo 6.º (COSTA, 2015), indica que será a empresa a responsável por assegurar a defesa, sinalizar seus limites e advertir terceiros quanto à proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca e outros procedimentos. Um território da CSN, com poder, espaço e identidade precisos.

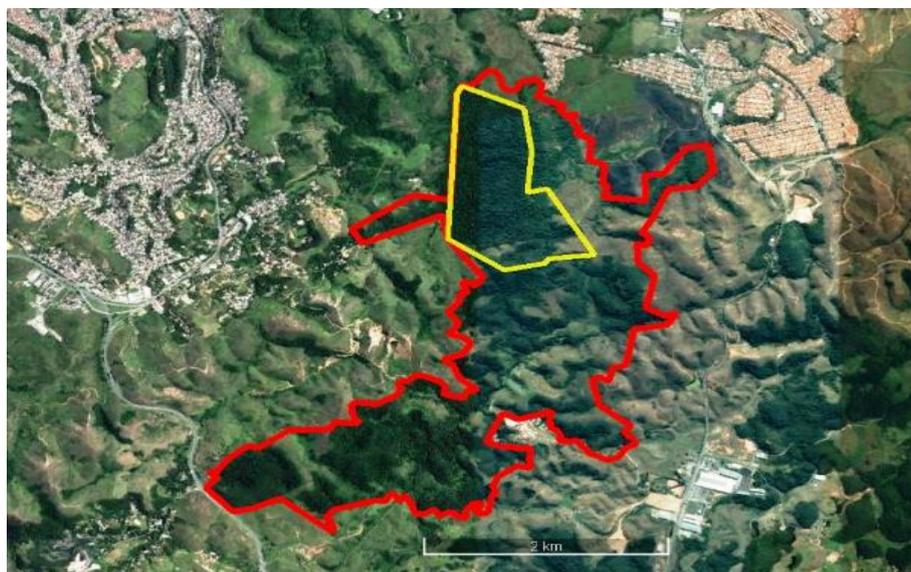
Este projeto foi apresentado pelo deputado Índio da Costa e posteriormente retirado pelo próprio autor, após grandes críticas e estarem populacional na sede da Câmara Municipal de Barra Mansa, com a presença da população das cidades de Barra Mansa, Volta Redonda e do próprio deputado no ano de 2016. Resultou no Memorando

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

nº 048/2016 - COPER com o Requerimento nº 4145/2016, que solicitou a devolução do projeto e de toda a documentação produzida na Comissão.

Já o projeto de preposição em REVIS (Refúgio da Vida Silvestre), procura assegurar, proteger e recuperar a floresta, bem como a diversidade biológica e garantia da estabilidade ambiental. Trata-se do Projeto de Lei nº 9139, apresentado a Câmara dos Deputados, no ano de 2017. Tal mudança é significativa, pois a ARIE que é do grupo de Uso Sustentável passaria para o grupo de Proteção Integral, além de ampliar a área de proteção e Unidade de Conservação de 131 ha para 695 ha; e com isso englobaria a totalidade dos remanescentes e integraria a totalidade da Floresta da Cicuta, que foram excluídas na constituição da ARIE (DELEY, 2017). Portanto, dentre as justificativas a que se levanta como a principal bandeira é a de reparação histórica por ter desconsiderado a totalidade da Floresta da Cicuta.

Uma questão necessária que o REVIS pretende reparar é a totalidade dos remanescentes florestais da Floresta da Cicuta, com uma ampliação para seiscentos e noventa e cinco hectares. Tal adequação reunificará o corredor florestal em que constitui a floresta. A ARIE hoje, possui os seus limites juntamente aos limites da fazenda Santa Cecília que são constituídas por linhas secas que desconecta a UC (Unidade de Conservação) a maior parte da floresta que integra a sua totalidade. Vale ressaltar que a floresta transcende as fronteiras estabelecidas pela fazenda e pela Unidade de Conservação, como aponta a Figura 2 a seguir.



Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

Figura 2 - Limites recategorizados em vermelho (REVIS), em comparação com a UC da ARIE Floresta da Cicuta em amarelo.

Fonte: DELEY, 2017.

Tensionamentos e desafios para o “futuro comum” da Floresta da Cicuta

A compensação ambiental da CSN se faz presente por uma tentativa de externar sua gestão empresarial por meio de preocupações socioambientais, para tanto, se faz o uso de políticas ambientais e faz questão de divulgar que seu processo produtivo segue rigorosamente as normatizações e legislações ambientais, justificadas pelos seus selos de qualidade. A CSN se apresenta como uma empresa sustentável / verde.

Em muitos momentos o discurso de uma suposta “indústria verde” nos apresentou a busca por legitimar as ações especulativas por meio da “reserva territorial” e “compensação ambiental” que é o *marketing verde*, responsáveis por coisificarem a lógica territorial e demonstrarem que por detrás de uma cortina “esverdeada” há uma gestão empresarial que detém como última de suas opções as questões que são levantadas por meio de suas bandeiras sustentáveis, que são aceitas e automaticamente propagandeadas para a sociedade.

A compensação ambiental é travestida de intencionalidades, bem como a transformação da ARIE Floresta da Cicuta em uma RPPN Floresta da Cicuta, discurso difundido no documento que previa a alteração de categoria da UC, algo de pleno interesse da empresa. Tal compensação foi evidenciada pela empresa, como uma política adotável na recategorização, bem como a sua contribuição de preservar a floresta para as próximas gerações como uma proprietária responsável. E evidenciando sempre que possível sua legitimidade por ser proprietária e que compensaria seu impacto ambiental com esta RPPN. Porém, esta questão supracitada se mostra completamente falaciosa, a partir da simples questão da amplitude da Fazenda Santa Cecília, pois quando observamos o perímetro da fazenda podemos observar na divisa com a cidade de Pinheiral uma grande área verde, conhecida como Mata da Fazendinha, que se nos atentarmos para os limites desta área, constatamos sua dimensão muito

próxima da ARIE Floresta da Cicuta. Observemos na imagem a seguir tal problemática apresentada:



Figura 3 - Dimensões da Fazenda Santa Cecília em comparação a ARIE Floresta da Cicuta e as cidades de: Volta Redonda, Barra Mansa e Pinheiral, RJ.

Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta; adaptação do autor.

Portanto, por que a CSN não faz o uso e a força de proprietária para transmutar a Mata da Fazendinha em uma RPPN, já que a mesma possui o total controle da área? Diferentemente da ARIE Floresta da Cicuta, que se encontra em uma propriedade privada (Fazenda Santa Cecília), mas que já está sob controle e gestão pública, a Mata da Fazendinha está em total “abandono”, no esquecimento, não é mencionada pela proprietária e encontra-se completamente em uma espacialidade em “repouso”. Não apresentando, a intenção em “preservá-la” em uma RPPN.

Portanto, podemos confirmar as assertivas de tratarmos todo o esforço em recategorização da ARIE Floresta da Cicuta como um “território de reserva”, pois esta área é a única que a CSN não possui o total controle, é a única área na qual o poder público intervém e faz exigências. Essa é a única área da CSN na qual não possui uma placa com a numeração do patrimônio da empresa, pois ela não possui a influência desejada, por esta maneira estas questões se apresentam inadmissíveis do ponto de vista empresarial, e inconcebível não ter a “posse” de sua propriedade.

Conseqüentemente, a propaganda de uma “política sustentável” ultrapassa as preocupações ambientais para uma preocupação cuja relação é econômica, e com isso desenrolam-se diversas relações de poder, num conflito que desencadeia e revela toda a sua intencionalidade perversa e (in)sustentável.

Durantes anos, funcionou a montante do Rio Brandão, um lixão que contaminou toda a jusante do rio e toda forma de vida que eram atingidas diretamente. No entanto, mesmo com a desativação deste lixão, não foi realizada nenhuma descontaminação nem atividades para redução dos impactos ambientais, pois ainda encontra-se uma piscina de chorume que contamina o subsolo, e quando chove, essa piscina transborda e atinge diretamente o Rio Brandão. Isto posto, impactando toda a UC e concomitantemente a cidade de Volta Redonda, por se tratar de um rio que corta a antiga vila operária, e constantemente sofre com os transbordamentos em sua canalização.

Ressalta-se, também, os licenciamentos previstos para os próximos anos, que possam impactar diretamente na ARIE Floresta da Cicuta, que por ser do grupo de Uso Sustentável, não recebe nenhuma verba de compensação ambiental de impactos das obras de grandes empreendimentos – ao contrário do grupo de Proteção Integral, que passa a receber verbas de compensações ambientais. Portanto, mais uma questão “relevante” para a recategorização em REVIS. Já os licenciamentos previstos a partir de 2014, Art. 32 – IN ICMBio nº 7/2014, destacam-se: Aterro de resíduos siderúrgicos perigosos e não perigosos (classe I e II); Linhas de transmissão; Loteamentos; Planos de Recuperação de Áreas Degradadas-PRADs; Extração de areia; Aterro sanitário; Estradas; Hospital; Aeroporto regional; Canalização de gás (ICMBio, 2016).

Outro fator que chama a atenção é o aparecimento de espécies invasoras, que são resultados da atividade humana na alteração destes ambientes, tanto da flora que não são nativas e acabam por proliferarem como bambuzais e entre outras, e das espécies de animais como cães dentro da unidade e gado nas bordas da área (ICMBio, 2016). As queimadas são realidades na ARIE Floresta da Cicuta, pois a vegetação das propriedades que circundam a unidade é composta por pastagens. Os danos dessas queimadas que ocorrem por questões climáticas, e/ou são agravadas por ela, possui uma interferência humana direta nos incêndios. Uns dos grandes prejuízos destas queimadas são as

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

pastagens presentes nas bordas da ARIE, que atingem diretamente o estabelecimento de áreas em estágio inicial de regeneração (ANDRADE, 2017).

A ARIE Floresta da Cicuta, é classificada como uma floresta urbana e/ou periurbana pelo ICMBio, pois está como um enclave verde entre as cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, e sofre diretamente com impacto urbano. Essa área verde foi responsável por “impedir” a expansão urbana das duas cidades devido à fazenda Santa Cecília, que inibiu tal expansão, bem como as grandes propriedades que circundam a unidade, pressuposto a fiscalização destes territórios. Contudo, ressaltamos o reconhecimento de sua localidade presente na franja e/ou borda urbana das cidades citadas.

Os principais desafios da gestão da Floresta da Cicuta, assim, estão na superação destas problemáticas e conflitos que circundam a área, pois a reparação histórica vem para incorporar toda a Floresta da Cicuta em uma mesma unidade. Devemos destacar o esforço que já vem ocorrendo por meio de englobar mais a população das cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, não apenas nas causas em defesa da floresta como ficou claro o apoio à Cicuta frente a recategorização para RPPN, mas também, em saber que a ARIE Floresta da Cicuta está aberta a população (evidenciando as normatizações de visitas da unidade).

Portanto, tais questões estão paulatinamente em mudança, com um esforço do ICMBio local e gestor da unidade em divulgar mais esta espacialidade, seus estudos e pesquisas, com visitas educativas guiadas, e um esforço de que a “Cicuta não está fechada”, com uma gestão participativa, no qual traz a sociedade para o debate, em um fortalecimento do conselho gestor da UC, programas de voluntariados, fóruns e palestras, bem como sua relevância enquanto um refúgio da vida silvestre.

Um dos grandes desafios é ampliar o fator identitário para uma parcela da população de Volta Redonda que reconhece a importância e singularidade da Floresta da Cicuta, porém, não possui relações diretas com ela, outros nem sabem sua localidade. O olhar mais atento para com a Floresta da Cicuta não é tão somente porque seu portão principal de acesso é nesta cidade ou porque pertence à CSN, ali localizada, mas porque se trata de um refúgio de uma modelagem urbana, fruto do planejamento da cidade e

símbolo tanto do desenvolvimento econômico-urbano da cidade quanto da adoção ideológica do desenvolvimento sustentável.

Em virtude dos fatos apresentados, o futuro da Floresta da Cicuta é totalmente incerto quando reconhecemos a gestão da iniciativa privada, na qual não possui nenhuma identidade com as questões ambientais. Portanto, a afirmação da ARIE Floresta da Cicuta se faz necessária como tal, para que as obviedades e superficialidades presentes nos discursos que as cercam sejam solucionadas e superadas, para que de fato uma parcela da população que reconhece neste recorte com algo coisificado, possa de fato, conhecê-la. Desmistificando assim, narrativas, que foram impostas por uma política extremamente agressiva de um empreendimento que rege as transformações espaciais e molda-os conforme sua vontade. E sente-se fragilizada quando um território que lhe pertence não faz parte de seu controle hegemônico.

Assim, contamos também com uma maior atenção da Geografia e das Ciências Sociais, nos debates que envolvem à Cicuta; da mesma maneira, exige-se mais discussões sobre a floresta que lancem luz para apresentar as relações sociais, históricas, econômicas e ambientais que envolvam este território. Há que se buscar, portanto, apresentar a Cicuta para além das questões ecológicas que são inquestionáveis do ponto de vista da biodiversidade local, mas também possuir todo um aparato de discussões dos espaços urbanos e lógicas capazes de (re)construir e se (re)apresentar.

Considerações finais

A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta como um reduto de refúgio da vida silvestre entre duas importantes cidades do estado do Rio de Janeiro, nas conurbadas Volta Redonda e Barra Mansa. Entretanto deve obter toda a nossa atenção, para compreendermos as problemáticas apresentadas aqui, de tensões e desafios que se apresentam diante de nossas realidades com estratégias, lógicas e interesses por intermédio do desenvolvimento sustentável.

Dados os expostos, devemos ter em mente todo o processo pelo qual a Floresta da Cicuta está inserida no cenário brasileiro, como um verdadeiro enclave verde em meio a uma trajetória urbana, industrial e econômica do país. Ressaltamos também, que a

ARIE por se encontrar em uma propriedade privada, se torna suscetível a embates e incertezas por um grande empreendimento, lógicas e estratégias econômicas (in)sustentáveis, que se deflagram dissonantes tanto em seu discurso quanto em suas práticas, do mesmo modo o seu pensar sobre o território encetar-se no contexto. Portanto, a compreensão e análise do Desenvolvimento Sustentável no bojo desta discussão revela-nos a necessidade em reconhecer estas relações conflituosas sobre a conjuntura da floresta da Cicuta e todo o seu entorno. Observar assim, o seu passado, as suas transmutações, para então, projetar seu futuro que se apresenta incerto, porém resiliente. Definitivamente, tais questões não se esgotam, como tudo que envolvem esta ideologia vigente (sustentável), a qual propusemos deflagrar. Certos que, esta temática contribuirá para o debate das Ciências Sociais sobre o futuro da Floresta da Cicuta.

A responsabilidade social também se apresenta como propaganda de uma política sustentável, na qual as empresas são agentes/atores deste jogo do desenvolvimento econômico. Portanto, as práticas e políticas ambientais, vão para além das preocupações ambientais, e demonstram uma perspectiva de desenvolvimento econômico perverso da consciência empresarial, com a adoção da sustentabilidade pelas empresas, como estratégia da materialização das exigências econômicas.

Dentre os desafios para a Floresta da Cicuta destacamos a superação dos tensionamentos que a envolvem este território, por se tratar de um enclave verde sobre grandes influências e interesses sob uma tríade (ARIE, RPPN e REVIS). De qualquer maneira, revela-nos como o verde é pensado hoje nos espaços urbanos, seja pelo marketing verde a compensação ambiental; ou mesmo, em um território de reserva, de uso repouso, a uma especulação imobiliária até uma estratégia de expansão urbana. Tais exemplificações são resultantes dos questionamentos que envolvem esta tessitura. A problemática apresentada é um reflexo da interação de uma cidade-empresa, como também, os exemplos da insustentabilidade entendida aqui como uma relação conflituosa em que a natureza exaurida resulta em práticas que levam a cidade a extrapolar seus limites e suas políticas públicas. Continuadamente no suporte tecnológico da Companhia Siderúrgica Nacional, para suprir e/ou compensar os impactos, danos ambientais.

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

Reafirmamos e nos questionamos: *que desenvolvimento é esse?* Um modelo onde os prejuízos socioambientais causados pela ação industrial podem influenciar diretamente no território e revelar as características do crescimento econômico, e suas relações de poder que transformam e influenciam as espacialidades.

A insustentabilidade entendida aqui, presente na cidade de Volta Redonda é essencialmente do modo de produção que se instalou em sua plenitude e que demonstra que a segregação territorial de Volta Redonda, planejada e sobre a égide de um pensar empresarial que extravasa os aspectos sociais, econômicos e ambientais da cidade, apresentam toda sua face desconexas entre estes interesses, em discordância com o seu discurso, práticas e ações.

Torna-se oportuno perceber os impactos econômico-ambientais de uma indústria siderúrgica nas áreas imediatas da cidade e as consequências destes processos. Todavia, fica impensável para compreender a mata da Cicuta desconexa da CSN e da cidade de Volta Redonda, por se tratar do fruto/resultado desta inter-relação.

Ressalta-se, o merecimento de uma maior atenção da Geografia e das Ciências Sociais nos debates que a envolvem; que transcorram mais discussões sobre a floresta e que lancem luz para apresentar as relações sociais, históricas, econômicas e ambientais, capazes de potencializar as discussões dos espaços urbanos, se (re)construir e se (re)apresentar.

A realização deste artigo, é fruto de inquietações de um genuíno morador da Cidade do Aço, marcada por tessituras cujo espólio é pertencente a uma siderúrgica, que moldou e interferiu diretamente na construção e dinâmica dos fluxos e fixos da cidade. Esperamos que a pesquisa possa contribuir para uma renovação nas discussões que permeiam este importante e rico território, e, assim, através das reflexões e dados apresentados, seja permitido enfrentar a realidade exposta e atuar verdadeiramente na proteção da fauna e flora da Floresta da Cicuta.

Referências Bibliográficas

Anderson Almeida da Silva,
A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA – BARRA MANSA, RJ): UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE

ANDRADE, Caio Frossard de. Análise temporal do uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta e entorno, Rio de Janeiro, Brasil. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Curso de Graduação em Engenharia Florestal. Seropédica. 52 p. 2017.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama; COSTA, Maria de Lourdes Pinto. A cidade-empresa e a empresa na cidade: Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, [S.l.], v. 10, n. 1, out. 2012. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/index.php/shcu/article/view/1196>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BIDEGAIN, Paulo. A Reserva da Cicuta. Revista ECO 21. Ed 51, 2001. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=154>. Acesso em maio de 2018.

BRASIL. Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90792-9-janeiro-1985-440611-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: set. 2018.

_____. Resolução CONAMA nº005, de junho de 1984. Disponível em: www.cprh.pe.gov.br/downloads/001de5dejunho1984.doc. Acesso em: nov. de 2018.

_____. Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3002-30-janeiro-1941-412984-norma-pe.html>. Acesso em: nov. de 2018.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Relatório Nosso Futuro Comum. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CASTRO, Cleber Marques; MELLO, Eduardo Vieira. Evolução urbana cidade de Volta Redonda (RJ). Cadernos da FaEL, v. 1, p. 2-13, 2008.

CEPERJ – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Cartografia Fluminense. 2018. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>. +Acesso em janeiro de 2019.

COSTA, Índio da. Projeto de Lei nº 3930. Câmara dos deputados. Brasília, 2015. CPDOC, CSN. Arquivo Central. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional>. Acesso em outubro de 2018.

CSN, Sustentabilidade. Diretrizes, 2018. Disponível em: http://www.csn.com.br/conteudo_pti.asp?tipo=59958&conta=45&id=224792. Acesso em outubro de 2018.

DELEY. Projeto de Lei nº 9139. Câmara dos deputados. Brasília, 2017.

FAJONNI, Paola. Gestão e Administração da Floresta da Cicuta, no Sul do Rio, podem mudar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costaverde/noticia/2015/11/gestao-e-administracao-da-floresta-da-cicuta-no-sul-do-rio-pode-mudar.html>. Acesso em maio de 2018.

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; FGEL/UERJ – Faculdade de Geologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Zoneamento ambiental aplicado ao uso público da ARIE Floresta da Cicuta e entorno: Relatório 1. Rio de Janeiro: FBDS, 1998.

HARVEY, David. As raízes urbanas das crises capitalistas. Cidades Rebeldes. Do direito a cidade à revolução urbana. Madri: Akal, 2013, p.51-106.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (coord.). Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro: Editora Revan, pp. 9 – 48, 1992.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo ARIE Floresta da Cicuta, 2016. Disponível em: http://www4.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-demanejo/Portaria_6_27jan2016_planodemanejo_rppn_nenem_barros.pdf .Acesso em outubro de 2018.

_____, ARIE Floresta da Cicuta comemora 33 anos, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9403-arie-floresta-da-cicuta-comemora-33-anos-2>. Acesso em outubro de 2018.

_____, Unidades de conservação, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em outubro de 2018.

LOPES, Alberto Costa. A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado, UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 1993.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Difel, 1988, Livro I, volumes I e II. 933p.

NATALI, Lorenzo. Criminology, victimización medioambiental y social harm - El caso de Huelva (España). Revista Crítica Penal y Poder. OSPDH, n. 7, p. 5-34, set. 2014.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Construção do desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: Um estudo sobre reestruturação do território e ideologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), Instituto de Geociências (CTG), Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 204p. 2006.

PIQUET, Rosélia. Volta Redonda: um exemplo clássico de cidade-empresa. In: Cidade-empresa. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 166p.13, 1998.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

ROCHA, Ricardo Rayan Nascimento. Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN.142f, 2018.

ROSSI, Vanberto José. As duas faces do primeiro governo Vargas. Revista Eletrônica do Centro de Memória Operária e Popular, v. 01, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.